

**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**

---

**Filosofia Política,  
Educação, Direito e  
Sociedade 7**

---



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 7

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 7 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-100-8

DOI 10.22533/at.ed.008190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Bárbara Alves de Jesus	
Fernanda Duarte Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fabiana Aparecida Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UFG/RC	
Thais Ferreira dos Santos	
Aline Rosa da Costa	
Thimoteo Pereira Cruz	
Nubia de Fatima Felix Ferreira	
Tacila da Costa Marinho	
Isabella Oliveira Pacheco	
Nayane Alves Pereira	
Laryssa Silva Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>25</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA EM ONTOPSICOLOGIA: SIGNIFICADOS E SENTIDOS	
Carmen Ivanete D`Agostini Spanhol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904025</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
JUVENTUDE, CULTURA MIDIÁTICA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Luiz Fernando Ribeiro de Paiva	
José Carlos Souza Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>44</b>
A PERSISTÊNCIA DOS CAMPONESES NA PROPRIEDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)	
Matheus Santos Medeiros	
Hugo Henrique Sousa de Lisboa	
João Manoel Borges de Oliveira	
Mariana Melo Mesquita de Siqueira	
Rener Rodrigo Pires	
Talita Neri Caetano de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904026</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>52</b>
O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA	
Emilene Fontes de Oliveira Thalita Pavani Vargas de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904027</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>63</b>
REDESCOBRINDO O HUMANO: ANTAGONISMOS COLETIVOS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO	
Gisele da Silva Rezende da Rosa Josiane Custódio de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>68</b>
TRADUÇÃO E EQUIVALÊNCIA: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O DISCURSO ORIGINAL DE DONALD TRUMP E SUA RESPECTIVA TRADUÇÃO	
Maria Laura Golfiere Moura Leila Maria Gumushian Felipini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0081904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>84</b>
REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM A PARTIR DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS	
Paula Santana Carvalho Adriana Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>97</b>
REFLEXÕES SOBRE LITERATURA E CINEMA E BREVE DISCUSSÃO SOBRE A PERSONAGEM FEMININA	
Carla Rosane da Silva Tavares Alves Andréia Mainardi Contri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>109</b>
SABERES E PRÁTICAS EM PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO POPULAR	
Lucinete Gadelha da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>119</b>
REALIZANDO PESQUISAS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: CENAS DO PROTAGONISMO INFANTIL	
Viviane dos Reis Silva Tacyana Karla Gomes Ramos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040213</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>128</b>
PRIMEIRAS LIÇÕES DE CULTURA E CIDADANIA NO <i>SEGUNDO LIVRO DE LEITURA PARA A INFÂNCIA</i> : NA ESCOLA E NO LAR, DE THOMAZ GALHARDO	
Valdeci Rezende Borges Elmar Severino Ribeiro Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>144</b>
PESQUISAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTOS RURAIS: VISIBILIDADES, APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REFLEXÕES	
Patrícia Júlia Souza Coêlho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>154</b>
OS MANUAIS DE CIVILIDADE NO JORNAL, <i>O PUBLICADOR</i> (1862-1886)	
Carolina Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>164</b>
UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA DO CURSO TÉCNICO EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ, NA VISÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA 3º ETAPA DO ENSINO MÉDIO	
Juliane Vargas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>177</b>
OS VALORES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	
Herika Paiva Pontes Luana de Sousa Oliveira Rafaela Lima Nascimento Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim Geraldo Bezerra da Silva Júnior Mirna Albuquerque Frota	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>184</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO <i>CAMPUS CERES</i>	
Marco Antônio de Carvalho Claudecir Gonçalves Léia Adriana da Silva Santiago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>198</b>
POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS	
Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.00819040220</b>	

**CAPÍTULO 21 ..... 210**

EMPRESA: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM FAZER, SABER E SER -A PEDAGOGIA DA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PRÁTICO

[Bernardina Teresinha Amantino](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040221**

**CAPÍTULO 22 ..... 214**

PERFIL DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOCENTE

[Carla Geovana Fonseca da Silva de Castro](#)

[Luciane Helena Mendes de Miranda](#)

[Vera Maria Nigro de Souza Placco](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040222**

**CAPÍTULO 23 ..... 226**

PERFIL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E EDUCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONSIDERAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE FEIRA AGROECOLÓGICA, ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE – CRATO – CE

[Valéria Feitosa Pinheiro](#)

[Guilherme Silva Nascimento](#)

[Christiane Luci Bezerra Alves](#)

[José Alex do Nascimento Bento](#)

[Adriana Correia Lima Franca](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 238**

A CATEGORIA TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

[Ingridy Lammonikelly da Silva Lima](#)

[Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida](#)

[José Rangel de Paiva Neto](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040224**

**CAPÍTULO 25 ..... 249**

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

[Silvera Vieira de Araújo Holanda](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040225**

**CAPÍTULO 26 ..... 261**

TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS: INTELIGENCIA CULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES FAXINALENSES DO PARANÁ

[Tiago Augusto Barbosa](#)

[Franciele Moreto](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040226**

**CAPÍTULO 27 ..... 270**

RESULTADO DO PISA NO PIAUÍ: O QUE MUDA NA GESTÃO EDUCACIONAL?

[Nemone de Sousa Pessoa](#)

[Jovina da Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.00819040227**

**CAPÍTULO 28 ..... 284**

A CIDADE NOS FAZ PENSAR

Daniela da Rosa Molinari

Marcele Scapin Rogério

**DOI 10.22533/at.ed.00819040228**

**CAPÍTULO 29 ..... 295**

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Karla Cristina Vicentini de Araujo

Viviane Oliveira Augusto

Gabriella Rossetti Ferreira

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.00819040229**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 304**

## POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE – A NORMA GERAL DE AÇÃO (NGA) DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG) – MS

**Ferdinanda Dias de Oliveira Kloppel**

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul –  
UEMS

Mestrado Profissional em Educação  
Campo Grande - MS

**RESUMO:** Os desafios pelos quais passam escola e professores revelam a importância de abordarmos a questão das políticas de qualificação profissional na Educação Básica. O próprio desdobramento da sociedade que se torna cada vez mais complexa e com novas necessidades históricas exigem do profissional docente, a busca por qualificação para tentar obter respostas para os constantes desafios apresentados no contexto de sua profissão. Baseado nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão a respeito das políticas de qualificação profissional no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) com recorte nas Normas Gerais de Capacitação (NGA) do Colégio Militar de Campo Grande - MS. A metodologia utilizada é a revisão de bibliografia que conta com os autores Fiorentin (2013), Nóvoa (1992), Pimenta (2005), Romanowski & Martins (2010), entre outros que contribuíram como aporte teórico dessa pesquisa. O estudo aponta uma instituição que, mesmo em face de contradições institucionais, está comprometida com a promoção de ações de aperfeiçoamento

de seu quadro docente em conexão com o que determina o Sistema Colégio Militar do Brasil e o Exército Brasileiro. Verifica-se, no plano formal, a existência de normas que procuram oferecer, tanto dentro da escola com estágios continuados, quanto fora, por meio de liberações para capacitação de seus quadros, espaços possíveis de reflexão e reconstrução da prática docente.

**PALAVRAS CHAVES:** Qualificação Profissional Docente. Capacitação. Colégio Militar.

**ABSTRACT:** The challenges facing school and teachers reveal the importance of addressing the issue of professional qualification policies in Basic Education. The unfolding of the society that becomes increasingly complex and with new historical needs require the professional teacher, the search for qualification to try to obtain answers to the constant challenges presented in the context of their profession. Based on this context, the present study aims to reflect on the professional qualification policies in the Military College System of Brazil (SCMB) with a cut in the General Standards of Training (NGA) of the Military College of Campo Grande - MS. The methodology used is the literature review that counts on the authors Fiorentin (2013), Nóvoa (1992), Pimenta (2005), Romanowski & Martins (2010), among others who contributed as a theoretical contribution of this research. The

study points to an institution that, even in the face of institutional contradictions, is committed to the promotion of actions to improve its teaching staff in connection with what determines the Military College System of Brazil and the Brazilian Army. In the formal plan, there are norms that seek to offer, both within the school with continuous internships, and externally, through freeing up the training of its staff, possible spaces for reflection and reconstruction of teaching practice.

**KEYWORDS:** Professional Teacher Qualification. Training. Militar School.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os desafios pelos quais passam escola e professores revelam a importância de abordarmos a questão das políticas de qualificação profissional na Educação Básica. O próprio desdobramento da sociedade que se torna cada vez mais complexa e com novas necessidades históricas exigem do profissional docente, a busca por qualificação para tentar obter respostas para os constantes desafios apresentados no contexto de sua profissão.

A pesquisa será realizada com base nas ações e documentos do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), com foco no Colégio Militar de Campo Grande - MS em sua Norma Geral de Ação (NGA) que rege a conduta dos profissionais que atuam na referida instituição de ensino e que objetivam realizar a formação continuada.

Nesse sentido a pesquisa encontra justificativa no fato de a formação continuada ser de suma relevância, haja vista que tem o potencial de fornecer aos professores ferramentas para que os mesmos reflitam sobre suas práticas e adquiram novos saberes.

O desenvolvimento profissional não pode ter como objetivo principal o aspecto monetário ou a dimensão pessoal de vaidade acadêmica; é preciso que a formação seja buscada no sentido de promover o desenvolvimento de conhecimentos que promovam o aperfeiçoamento profissional.

A política de estímulo à capacitação nos estabelecimentos de ensino não podem ficar à margem desta importante discussão, pois também possuem uma grande responsabilidade em relação a qualificação de seus quadros e em relação ao ensino de seus alunos.

O professor, muitas vezes, é responsabilizado pela ausência de qualidade do ensino, sem levar em conta as condições materiais que o mesmo vivencia; condições estas, que vem desde a sua formação até as relações que se estabelecem na escola.

Ora, a educação, assim como a sociedade, é dinâmica e como tal precisa responder as necessidades históricas de seu tempo. É preciso também que o professor acompanhe esse dinamismo e que sejam dadas as condições necessárias para que o seu desenvolvimento profissional se efetive.

Por essas razões faz-se necessário compreender como as instituições tem promovido essa importante dimensão da profissão docente, no caso da pesquisa em

questão, como o Colégio Militar de Campo Grande - CMCG - tem envidado esforços para que a política de capacitação ocorra.

O estudo será procedido por meio de uma revisão de literatura onde constam, preliminarmente, discussões a respeito da temática para então abordar o tema no CMCG.

## **2 | DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE E AS PECULIARIDADES DO ENSINAR**

### **2.1 Da natureza e especificidade da educação**

Independente da profissão a qual pertencemos o desenvolvimento profissional é compreendido como um universo de saberes que possibilita o indivíduo a exercer sua profissão com maior maestria. Os conhecimentos básicos são adquiridos por meio da formação inicial de cada profissão e podem ser aprimorados na prática. O mesmo ocorre com o professor, que constrói e reconstrói seus saberes, por exemplo, a cada aula ministrada. Contudo, Pérez Gómez (1997) ressalta que nem sempre

A prática profissional poderá resolver os problemas que se manifestam em uma situação concreta, quando seus esquemas de análises e interpretação e suas técnicas de intervenção impõem-se sem consideração, abafando as manifestações mais peculiares e genuínas da complexa situação social com que se defronta (p. 11).

Também há que se estabelecer uma diferença em relação ao ser professor, à arte de ensinar, pois o profissional docente lida com alunos (pessoas) que agem, pensam, sentem e reagem ao aprender. O contrário não podemos afirmar sobre as demais profissões pois trabalham com o “material inerte”. A riqueza do trabalho docente e sua singularidade decorre do fato de trabalhar com processos mentais (PÉREZ GÓMEZ, 1997).

Até mesmo os problemas que se apresentam na profissão docente possuem a peculiaridade de não serem técnicos, logo não podem ser resolvidos dessa maneira. As situações problemas vivenciadas na docência “apresentam-se, com frequência, como casos únicos, e como tais não se ajustam adequadamente à categoria de problemas genéricos que abordam a técnica e a teoria existentes”. (Id., Ibid., p. 34).

As situações de ensino são únicas, incertas, complexas, estão relacionadas a conflitos de valores. Nesse sentido não há como utilizar a mesma teoria para resolução de todos os problemas. Quando essa situação ocorre é “porque o professor ignora consciente ou inconscientemente as peculiaridades conflituosas da vida [...] e atua com a representação mental unívoca que falsamente se constrói da realidade”. (Id., Ibid., p. 34).

Diante desse cenário complexo que é o campo educacional a busca por aperfeiçoamento se revela, como já foi mencionado, como uma ferramenta essencial

ao longo da profissão.

## 2.2 Do aperfeiçoamento

A formação profissional docente é um processo que necessita que o professor assuma uma visão crítica sobre suas práticas, sobre a educação e sobre seu local de atuação, ou seja, a escola.

De acordo com Fiorentini (2013, p. 3) os Referenciais para Formação de Professores entendem por formação de professor, um processo contínuo que pressupõe uma aprendizagem constante. O desenvolvimento profissional é entendido como “um processo através do qual os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam seus rendimentos e aumentam o seu poder/autonomia”. (NÓVOA, 1999, p.2).

Também pode ser entendido como

um processo que envolve múltiplas “experiências espontâneas de aprendizagem”. O autor considera que essas experiências são marcos na descrição do desenvolvimento do professor e uma resultante de sua participação em atividades planejadas conscientemente e “realizadas para benefícios, direto ou indireto, do indivíduo, do grupo ou da escola”. (1999, p. 20). Segundo Day, essas atividades contribuem ainda para a qualidade da educação na sala de aula. Além disso, ao apontar alguns indicadores do desenvolvimento profissional dos professores, o autor os descreve como um [...] processo através do qual os professores, enquanto agentes de mudança, reveem, renovam e ampliam, individualmente ou coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica, juntamente com as crianças, jovens e colegas, os conhecimentos, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e práticas profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais (DAY, 1999, p. 20 e 21 Apud FIORENTIN, 2013, p. 3).

O desenvolvimento profissional pressupõe que o “exercício da docência não se reduz à aplicação de modelos previamente estabelecidos, mas que, ao contrário, é construído na prática dos sujeitos professores historicamente situados”. (PIMENTA, 2005, p. 11)

A mesma autora afirma ainda que

[...] um processo formativo **mobiliza** saberes da teoria da educação necessários à compreensão da prática docente, capazes de desenvolverem as competências e habilidades para que os professores investiguem a própria atividade docente e, a partir dela, constituam os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de novos saberes. (PIMENTA, 2005, p. 11. Grifo da autora).

O desenvolvimento profissional pretende uma consistente formação que traz, junto consigo a autonomia individual e coletiva. “Deste modo, a formação continuada constitui um dos elementos de desenvolvimento profissional dos professores, pois complementa a formação inicial e constitui condição de acesso para níveis mais elevados na carreira docente”. (ROMANOWSKI; MARTINS, 2010, p. 287).

Este processo envolve a questão de que a escola deve promover condições para que seu profissional seja capaz de se desenvolver profissionalmente pois, aquém da dimensão pessoal, a valorização social do professor implica em melhorias na escola e no ensino.

Por outro lado, a relação professor x instituição de ensino é uma via dupla na qual

O papel social do professor é definido pela instituição na qual atua. Ao atuar numa instituição escolar compete ao educador aprimorar seu trabalho. Nessa direção, a prática educativa é destacada pela dimensão ética da competência profissional. O compromisso profissional do fazer pedagógico torna-se um fazer político com uma visão crítica da realidade e da prática educativa quando extrapola a ingenuidade da neutralidade. (PINHO; FERRAZ, 2014, p. 29).

Logo, podemos afirmar que, no processo de desenvolvimento docente, é importante e certo que a aprendizagem ocorra mediante o envolvimento do docente/escola em práticas diferenciadas que incentivem a adesão dos profissionais envolvidos promovendo a melhoria de sua prática.

### 3 | A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO NO CMCG

Os Colégios militares (CM) são instituições públicas federais e são conhecidos por aliar filosofia militar e educação. Vale salientar que, embora recebam recursos do Governo Federal, os CMs mantêm uma cota denominada Quota Mensal Escolar (QME).

Os recursos financeiros para as atividades de ensino no Exército Brasileiro são oriundos do Ministério da Defesa, também podem ser obtidos mediante contribuições, subvenções, empréstimos, indenizações e outros meios. Conforme Lima Gil (2003)

[...]por fazer parte do Sistema Federal de Ensino, as escolas militares, particularmente os Colégios Militares, deveriam ter seus recursos provenientes do Ministério da Educação, porém estes recursos, orçamentários e extra orçamentários, são provenientes do Ministério da Defesa; e o mesmo artigo prevê ainda que os recursos podem ser obtidos “[...] Mediante contribuições, empréstimos, indenizações e outros meios” (BRASIL, 1999), o que abre a possibilidade de se cobrar uma taxa indenizatória nos Colégios Militares, chamada de Quota Mensal Escolar (QME), para fins de complementação da atividade de ensino. O valor da QME é estabelecido pelo Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa e sua destinação é regulada no Regulamento dos Colégios Militares - R-69 (LIMA GIL, 2003, p. 102).

É dessa forma que os Colégios que integram o Sistema Colégio Militar do Brasil são mantidos.

O Colégio Militar de Campo Grande (CMCG) faz parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Neste sistema, encontram-se reunidos 13 (treze) colégios militares espalhados pelo território nacional. Os colégios militares estão subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) que é o órgão responsável por coordenar e supervisionar a atividade educacional nos Colégios Militares - CMs.

O corpo docente é composto por militares de carreira (militares de armas ou militares do Quadro Complementar de Oficiais - QCO), militares da reserva que retornam como prestadores de tarefa por tempo certo – PTTCs, militares temporários - OTTs, professores civis e professores contratados pela Associação de Pais e Mestres (APM). Os docentes QCO são oriundos do meio civil; são professores que prestam concurso e, se aprovados, realizam um curso de capacitação com duração de 01 (um)

ano em Salvador - BA, onde internalizam as normas militares.

Quanto as atribuições dos professores, estas são de natureza variada, pois além de ministrar aula, os professores podem assumir outras funções, tais como: fazer exame de contracheque, sindicância, coordenador de clubes e coordenação de disciplina, entre outras atividades. Os professores militares possuem funções denominadas “missões” com as quais lidam diariamente, sendo elas: escalas de representação, desfiles, sindicâncias, exames de pagamento, fiscal de contrato e, também, tiram serviço que equivale a permanecer monitorando o Colégio por um período de 24 horas.

Em relação ao desenvolvimento profissional docente, percebemos que o CMCG possui ações nesse sentido, pois promove atos que permitem ao educador o aperfeiçoamento em sua área de conhecimento, que participe de palestras desenvolvidas pelo próprio Colégio e de eventos educacionais variados como é o caso da participação dos docentes em simpósios, congressos e seminários.

Nas palavras de Fiorentin (2013) A formação é um processo contínuo e permanente, e exige do professor disponibilidade para aprender e do sistema escolar no qual ele atua, condições para continuar aprendendo.

A Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), promove ações de atualização para os professores, instrutores e monitores. Uma das modalidades dessas atualizações são os Estágios de Atualização Pedagógica (EstAP), que estão assim descritos nas Normas de Planejamento e Gestão Escolar (NPGE 2015):

[...] Os CM deverão realizar o Estágio de Atualização Pedagógica Nível II e o EstAP Continuado destinado aos agentes de ensino (professores, instrutores e monitores), ao longo do ano letivo, se possível bimestralmente, e sob a responsabilidade do Cmt (**Comandante**) e Dir Ens (**Diretor de Ensino**). Na realização de tais estágios, os CM (**colégios militares**) devem buscar atender aos interesses dos professores quanto a datas, horários e assuntos e lançar mão, além dos profissionais de renome de fora dos CM, dos próprios membros do corpo docente. [...] Na elaboração do programa para o EstAP II e EstAP Continuado, deve ser evitada a inclusão de assuntos administrativos, como normas e regulamentos internos, assim como o funcionamento das Seções de Ensino. Eles deverão ser tratados em instrução de quadros nas oportunidades distintas. Para o evento, devem-se buscar assuntos que promovam o aperfeiçoamento pedagógico dos agentes de ensino, convidando, na medida do possível, palestrantes externos ao colégio”. (BRASIL, p. 9)

A mesma Norma prevê de que maneira deverão ser conduzidas as palestras direcionadas aos professores:

[...] O Plano de Conferências e Palestras será organizado de acordo com as prescrições contidas na Port Nr 24/DEP, de 08 Set 1994. Deverão ser convidadas pessoas das mais diversas áreas para ministrarem palestras para professores e demais agentes de ensino, como também para os alunos, a fim de possibilitar atualizações ao corpo docente e despertar nos discentes, vocações para futura escolha profissional. (BRASIL, NPGE 2015, p. 7)

O Primeiro EstAP ocorre no início do ano letivo, antes mesmo das aulas começarem; os demais ocorrem ao longo do ano. A finalidade é “permitir um contínuo aperfeiçoamento do corpo docente do SCMB em assuntos pedagógicos, visando o aprimoramento da prática docente”. (BRASIL, 2010). Pressupõe-se que tais princípios

darão condições de ação-reflexão-ação sobre as práticas docentes, criando condições de melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa mesma perspectiva existem documentos no âmbito do Exército que preveem o desenvolvimento profissional de seus quadros conforme o explicitado no Regulamento dos Colégios Militares (R-69), em seu capítulo V, ao fazer menção aos professores que são orientados a “aperfeiçoar-se profissionalmente, visando à maior eficiência no desempenho de suas tarefas”. (BRASIL, 2008, p.9)

A Instrução Geral (IG) 60-02, Art. 8 evidencia que o professor militar deve “buscar o auto aperfeiçoamento profissional mediante a melhoria da titulação acadêmica e a realização de pesquisas, experiências e estudos pertinentes”. (BRASIL, 2005, p. 31).

São muitos os documentos que direcionam a organização educacional, disciplinar dos Colégios: Normas, Portarias, Regulamentos, Leis, Projeto Político, entre outros que visam estabelecer as conexões entre as organizações militares (OM) e a visão educacional do Exército Brasileiro. Entre esses documentos está a Norma Geral de Ação que regula a capacitação dos profissionais do ensino.

### **3.1 A Norma Geral de Ação de capacitação do Colégio Militar de Campo Grande - MS**

A Norma Geral de Ação (NGA) é um termo utilizado para estabelecer diretrizes em organizações militares. De maneira ampla podemos afirmar que existem no CMCG duas linhas para políticas de fomento ao desenvolvimento profissional docente: uma que diz respeito a uma forma mais individualizada e outra que corresponde a uma forma coletiva realizada através de Palestras, Simpósios, Seminários promovidos pelos Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).

Depreende-se da Norma que o conceito de capacitação é entendido como “processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento profissional dos educadores”. (BRASIL, CMCG, p. 3) e como eventos de capacitação

Cursos de extensão, graduação ou pós-graduação, presenciais e/ou à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento cognitivo do educador e para sua atuação no âmbito do ensino do Exército. (Id., Ibid., p. 3)

A Norma Geral de Capacitação tem como objetivo organizar e estabelecer critérios para as dispensas concedidas as profissionais do CMCG conforme descrito:

Art. 1º As presentes Normas têm por finalidade regulamentar a concessão de dispensa para capacitação dos profissionais da Divisão de Ensino do Colégio Militar de Campo Grande, amparado no Art. 96-A da Lei nº 8.112, que estabelece como ato do dirigente máximo do órgão ou entidade a concessão do afastamento do servidor, em conformidade com a legislação vigente, para a participação em programas de capacitação no País.

No Capítulo 3º a Norma estabelece seus objetivos, que são os seguintes:

I - Estabelecer normas e critérios para a concessão de dispensa para capacitação dos profissionais da Divisão de Ensino do Colégio Militar de Campo Grande;

II – Incentivar a participação dos profissionais da educação em programas de capacitação, propiciando assim os requisitos necessários à sua ascensão funcional;

III – assegurar que a concessão da dispensa para capacitação esteja em consonância com a legislação federal da educação nacional e que obedeça às leis e aos regulamentos em vigor no Exército, cujo ensino é regulado por lei específica;

IV – Estabelecer o Plano Anual de Incentivo à Formação Continuada e à Capacitação do Colégio Militar de Campo Grande e difundir seu calendário de ações, obedecendo as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, constantes do Decreto N° 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;

V – Propiciar a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, dos serviços prestados à comunidade discente do Colégio Militar de Campo Grande. (BRASIL, CMCG, p. 2).

Podemos afirmar que SCMB possui um amplo universo de leis e normas de incentivo aos docentes para a sua capacitação; por se tratar de um Sistema, esse incentivo também se encontra presente na NGA do CMCG.

A NGA estabelece a criação do Plano Anual de incentivo à Formação continuada e à capacitação do CMCG que obedece a prazos e deve ser amplamente divulgada no âmbito do Colégio. As ações com os eventos de capacitação deverão ser previstas no ano anterior. Cada chefe de seção encaminha à Supervisão Escolar uma lista com os eventos de capacitação previstos para o próximo ano letivo. Os eventos devem ter ligação com atuação dos docentes ou servidores; também devem constar a previsão de datas, localização e a intenção de participação.

Quem perder o prazo de informe não fará jus ao direito de participação nos eventos. Após participação, o docente deverá preencher um relatório descrevendo a sua experiência.

No §2º do Capítulo VI que trata sobre os eventos de curta duração há a previsão de que, além do aceite do Chefe de seção e do Coordenador da Disciplina, é necessário que a concessão não incorra em “sobrecarga didática aos demais integrantes de sua Seção de Ensino, ou das atividades primordiais conduzidas pelas demais seções da DE deste CM”. (BRASIL, CMCG, p. 6).

Quanto a natureza das dispensas, elas podem ser caráter simples para eventos de curta duração ou parciais para eventos continuados. A dispensa integral

Em princípio, não será concedida atendendo à orientação do DECEX (Departamento de Educação e Cultura do Exército), com base no prescrito na Portaria N°291-DEP<sup>1</sup>, de 5 de maio de 2005, que determina: ‘não haverá prejuízo da carga didática<sup>2</sup>

1. DEP – Antigo Departamento de Ensino e Pesquisa, hoje DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército.

2. A **Carga Didática** é explicada no próprio documento como sendo a regência de classe nas aulas regulares, aulas de recuperação da aprendizagem, e na aplicação, fiscalização e mostras de provas, sendo estabelecida a carga didática entre 10 e 12 horas para o regime de 20h semanais e entre 18 e 21 horas para os regimes de 40h semanais e de dedicação exclusiva. A Carga Didática diferencia-se da

face ao atendimento dos pedidos de afastamento para participação em eventos de capacitação. (BRASIL, CMCG, p. 4).

O pedido de dispensa para capacitação segue um caminho até a COPEMA – Comissão Permanente de Magistério: o pedido deve ter a concordância do chefe imediato (chefe de seção) do docente e a anuência do Coordenador de disciplina.

§6º - A chefia da seção em que está lotado o requerente deverá encaminhar o pleito à Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar [...], que deverá fazer a relatoria do processo junto à Comissão Permanente do Magistério (COPEMA) a qual, conforme o descrito no Regulamento dos Colégios Militares (R69), Art. 16, inciso IV, compete manifestar-se nos casos de dispensa, exoneração ex-officio ou demissão de docentes.

§7º - Juntados todos os pareceres ao processo de requerimento de dispensa para participação em eventos de capacitação, o presidente da COPEMA deverá encaminhar o requerimento ao Diretor de Ensino deste CM para homologação dos mesmos e para posterior publicação em Boletim Interno desta OM. (Id., Ibid., p. 4).

Dessa forma os pedidos encaminhados são votados pela COPEMA e o resultado da decisão deve ser mantido em sigilo até que seja aprovado ou não pelo Comandante do CMCG e publicado em Boletim Interno (BI).

Militares e civis obedecem a condições básicas de concessão de dispensa diferenciadas em alguns quesitos conforme natureza de suas ocupações. Sabemos que o militar que é professor assume outras funções como alguns serviços administrativos, sindicâncias, viagens pelo Exército, entre outros. Logo as condições possuem alguns critérios diferenciados.

#### Do servidor civil

**a.** o servidor ser integrante de uma das seções subordinadas à Divisão de Ensino do Colégio Militar de Campo Grande; **b.** o servidor civil não encontrar-se em estágio probatório; **c.** o número de dispensas concedidas não deverá ultrapassar 25% do número de integrantes da seção de ensino a que pertence o servidor, ou dos docentes de uma mesma disciplina. Havendo fração, deverá ser feita a aproximação para o par mais próximo; **d.** o docente, ao pleitear dispensa parcial para participar de eventos de capacitação de caráter continuado, não deverá ser dispensado das atividades pedagógicas presenciais e não deverá solicitar dispensa nos períodos destinados a reuniões com Cmt, Ch DE, Seç Ens e/ou Coord; **e.** quando o requerente apresentar comprovante de matrícula em disciplina obrigatória de cursos de pós-graduação, a dispensa poderá ser concedida em caráter excepcional nos períodos previstos para as reuniões citadas na letra D. (BRASIL, CMCG, p. 8. Grifos da autora).

---

**Carga Pedagógica** que é entendida como atividades inerentes à atuação docente, complementares à regência de classe, como por exemplo avaliação diagnóstica, aulas de reforço da aprendizagem, plantões de dúvidas; e também as atividades extraclasse que tenham a participação discente, podendo ser de natureza educacional, cívico-militar, cultural, esportiva ou religiosa.

## Do militar

**Art. 11** Todo militar, subordinado à Divisão de Ensino do Colégio Militar de Campo Grande, poderá requerer dispensa para capacitação atendendo aos seguintes critérios: **a.** o militar ser integrante de uma das seções subordinadas à Divisão de Ensino do Colégio Militar de Campo Grande; **b.** o militar do quadro permanente ser lotado no CMCG há pelo menos um ano; **c.** o militar técnico temporário ter formalizado a primeira renovação de contrato e poder efetuar ainda, ao menos, uma renovação de contrato; **d.** o número de dispensas concedidas não deverá ultrapassar 25% do número de integrantes da seção de ensino a que pertence o servidor, ou dos docentes de uma mesma disciplina. Havendo fração deverá ser feita a aproximação para o par mais próximo; **e.** o docente, ao pleitear dispensa parcial para participar de eventos de capacitação de caráter continuado, não deverá ser dispensado das atividades pedagógicas presenciais e não deverá solicitar dispensa nos períodos destinados a reuniões com Cmt, Ch DE, Seç Ens e/ou Coord; **f.** quando o requerente apresentar comprovante de matrícula em disciplina obrigatória de cursos de pós-graduação, a dispensa poderá ser concedida em caráter excepcional nos períodos previstos para as reuniões citadas na letra E. (BRASIL, CMCG, p. 8, grifos da autora)

Quando o número de solicitações excede o número de dispensas estabelecidas para o ano letivo em questão, é procedido critérios de desempate que são os seguintes: profissional que já concluiu parcialmente o curso, evento de maior relevância e condições de viabilização na disciplina do requerente, sempre que atenda aos interesses do CMCG; evento relacionado onde a ocorrência de profissionais titulados é menor; profissionais com menor titulação e maior tempo de serviços prestados ao Colégio Militar de Campo Grande, militar com maior tempo de serviço no CMCG, servidor civil, regime de dedicação exclusiva se sobrepondo ao regime de 40h, e este em relação ao regime de 20h; militar de carreira em relação ao técnico temporário e com maior antiguidade; docente com maior idade.

Mesmo no contexto de uma política de fomento bastante clara e legalizada, ainda encontramos dificuldade na operacionalização dos processos de capacitação dos docentes. No geral, docentes militares e civis acumulam atividades que acabam por dificultar a boa realização de sua capacitação haja vista que não deve haver prejuízo da carga didática dos docentes, onde os mesmos continuam exercendo as suas funções.

Como não poderia deixar de ser, a questão hierárquica também se mostra presente, sendo um dos critérios de desempate do professor militar, aquele que possui maior patente, o que de certa forma, acaba por privilegiar o militar que é de carreira. O grupo dos OTTs (Oficiais Técnicos Temporários) não são um universo pequeno nos colégios militares, dependendo das solicitações que são encaminhadas, estes não terão grandes oportunidades de se capacitar.

O direito/dever de se capacitar também envolve muitas relações de poder que existem dentro da instituição e são evidenciadas ao longo do processo de solicitação de dispensa para capacitação e mesmo durante o processo de realização dos cursos solicitados.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão apresentou um breve levantamento do estado do conhecimento e discutiu o tema desenvolvimento profissional docente, fazendo um recorte sobre como isto é operacionalizado no Colégio Militar de Campo Grande com base na análise de alguns documentos como o R69, NPGE, porém com foco na NGA de capacitação da referida instituição de ensino.

Depreende-se do estudo que o CMCG tem promovido uma política de incentivo para que seus profissionais se aperfeiçoem. Também promove ações práticas que vão além do simples discurso. Tal ação é determinada em instâncias maiores das quais o CMCG faz parte como é o caso do SCMB, por isso não pode ser entendida como uma benesse do colégio em questão, mas como uma política do Sistema pautada em Leis maiores como a LDB e a própria Constituição Federal.

O desenvolvimento profissional docente é uma estratégia importante e deve conter objetivos e finalidades. Observamos que tanto o SCMB como o CMCG seguem esse preceito estabelecendo normas que regulam as ações daqueles que promovem e daqueles que pleiteiam realizar suas capacitações além das práticas contínuas de aperfeiçoamento (Estágio de Atualização Pedagógica - EstAP) oferecidos pela instituição.

Embora bastante prescritivo e envolvido por contradições inerentes a própria natureza institucional, baseada na hierarquia e disciplina, percebemos que as normas que regulam os processos de capacitação no CMCG procuram oferecer espaços possíveis de reflexão e reconstrução da prática docente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Normas Gerais de Ação de Capacitação do Colégio Militar de Campo Grande - MS.**

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 293, de 09 de maio de 2005. **Instruções gerais para os professores militares (IG 60-02)**. Brasília, DF, 2005c. Boletim do Exército nº 20, de 20 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial. **Normas de Planejamento e Gestão Escolar (NPGE 2015)**. Rio de Janeiro, RJ: 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 042, de 06 de fevereiro de 2008. **Regulamento dos Colégios Militares (R-69)**. Boletim do Exército nº 06, de 8 de fevereiro de 2008.

FIORENTINI, Dario. **Desenvolvimento Profissional Docente: um termo guarda-chuva ou um novo sentido à formação?** Formação Docente. Autêntica. Belo Horizonte, v. 05, n. 08, p. 11-23, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em 10 Out. 2016.

LIMA GIL, Ernesto de. **Adequação do Ensino Médio do Sistema Colégio Militar do Brasil à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Rio de Janeiro, 2003. (Dissertação).

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PEREZ GOMEZ, A. I. (1997) Qualidade do ensino e desenvolvimento profissional do docente como intelectual reflexivo. **Motriz**, vol.3, No. 1,1997.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor–Pesquisador: mitos e possibilidades. **Contrapontos** - volume 5 - n. 1 - p. 09-22 - Itajaí, jan/abr. 2005.

PINHO, Maria José de e FERRAZ, Elzimar Pereira Nascimento. Formação de professores: côncavo e convexo. **Revista de Ciências Humanas**, v. 15 | n. 24 | p. 20-32 | Jul. 2014.

ROMANOWSKI, Joana P.; MARTINS, Pura L. O. Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 10, n. 30, p. 285-300, maio/ago. 2010.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-100-8



9 788572 471008